

O Existencialismo no Direito e na Política

SILVEIRA NETO

O HOMEM de hoje, dada a facilidade de divulgação das idéias e das imagens, vive atordoado pelos acontecimentos, pelo dinamismo dos fatos que se sucedem vertiginosamente, e não tem oportunidade de refletir sôbre termos de uso comum, entre os quais se destaca o existencialismo.

O existencialismo materialista é conhecido principalmente pelas obras de Jean Paul Sartre, que foi realmente o seu maior vulgarizador, em ensaios e obras de ficção.

O existencialismo foi tido como filosofia de após-guerra e tornado caricato nos cabarés de Paris, nos quais homens e mulheres procuraram viver a filosofia que teve em Kierkegaard o seu criador, no século passado.

Viver não é bem o termo; o que desejavam era *existir* e nesse verbo está o substrato da doutrina filosófica que apaixonou milhares e se tornou conhecida de milhões, vulgarizada no cinema, na imprensa e no teatro.

O certo é que o fenômeno do existencialismo tem raízes profundas na evolução do pensamento filosófico da humanidade e poderemos mesmo tomar, como ponto de partida, a *dúvida metódica* de Descartes, que atirou o homem na incerteza, incapaz de raciocinar senão em termos de seu egocentrismo.

Com Descartes, libertada a filosofia dos princípios escolásticos, o homem tornou-se o centro das cousas, a razão senhora de si mesma, sem as cadeias dos dogmas, porém incapaz de solucionar os problemas que afligem o espírito.

Com efeito, Descartes duvida de tudo, de tôdas as impressões captadas pelos sentidos, porque as mesmas podem ser fruto de uma ilusão. Era preciso, assim o afirmou no Discurso do Método, que houvesse uma verdade que não pade-

cesse nenhuma dúvida e esta ficou sintetizada na fórmula do "cogito, ergo sum", isto é, *penso, logo existo*.

Essa verdade cartesiana, um *a-priori* do pensamento do filósofo, indica que o homem toma conhecimento da existência através do intelecto, da razão, não por um esforço discursivo, mas por uma evidência imediata.

Essa atitude filosófica foi um autêntico rompimento com o pensamento tradicional, pois até então predominava a escolástica, cristianização de Aristóteles, e o homem se equilibrava entre os argumentos da razão e os postulados das verdades reveladas.

O tomismo estabeleceu valôres e categorias; realizou uma obra de sistematização e de estruturação; foi um corpo de doutrina inteiriço e inconsútil, que só se podia aceitar ou negar no todo.

Descartes, colocando o problema do conhecimento num plano subjetivo e individual, separou-se definitivamente da filosofia escolástica e se tornou a pedra angular da filosofia moderna, que encontrou em Kant o maior expoente.

E o existencialismo é um dos reflexos remotos do individualismo cartesiano, como o foram igualmente as filosofias unilaterais do século XIX, tôdas elas impregnadas de subjetivismo, mais criações de filósofos e literatos que própria-mente formações doutrinárias.

Lendo-se sôbre a gênese do existencialismo de Kierkegaard, percebe-se que a sua obra é a obra de um solitário, um imaginativo à maneira de Rousseau, escrevendo as suas impressões num diário, analisando os fatos e os fenômenos com seu espírito retraído, na sua insatisfação recalcada e sombria.

Sören Kierkegaard não teve a pretensão de liderar um movimento filosófico e talvez nunca tenha pensado que tal pudesse acontecer no futuro. Contudo, permanecendo ignorado por muito tempo, é mais tarde descoberto e vulgarizado, com novos matizes e outros aspectos.

Foi certamente a evolução científica e técnica do mundo que proporcionou a expansão do existencialismo, porque o homem moderno é existencialista sem o perceber.

Na verdade, o existencialismo baseia-se no *existir* e não no *ser*. Não há preocupações com indagações sôbre a essência e a finalidade do homem e do mundo, porque estas levam ao desespêro, à falta de sentido, ao nada.

O homem é um sêr entre dois momentos, o nascimento e a morte, a saber, a existência.

O existencialismo fundamenta-se no *fato*, no *acontecimento*, no *existente*.

Como as pesquisas sobre o destino são angustiosas, como não há sentido para a vida, então o homem *existe*.

Existir é ignorar problemas metafísicos, que nada resolvem.

Uma filosofia é uma atitude do homem em face do destino; a sua tendência, como idéia, é realizar-se. E o existencialismo realizou-se, não só pela força intrínseca do pensamento, que é dinâmico, como, principalmente, pela verdade que contém.

O homem cotidiano não é um pesquisador de essências metafísicas; é o indivíduo preocupado com assuntos materiais, indústria e comércio, política e prestígio, cousas tôdas do mundo dos *fatos*, e, por conseguinte, do *existir*. Não estamos longe de afirmar que a maioria dos homens *existe* apenas, porque não se preocupa com a análise e o estudo de problemas metafísicos, de questões intelectuais, de temas transcendentais, que dão ao homem o verdadeiro sentido de uma *vivência*. E esta palavra teve de ser criada para substituir a *existência*, cujo significado se restringiu com a doutrina de Sören e Sartre.

O homem do comércio, preocupado com algarismos e cifras, sem um momento para meditar sobre a realidade do seu destino; o homem da indústria, metido em problemas de produção de riquezas; o profissional aferrado ao salário, ao lucro, à renda; enfim, todos os que estão no mundo em função das *cousas*, ao invés de as *cousas* estarem em função dêles, na verdade, são existencialistas sem o perceber, apesar de terem, muitas vezes, um pouco da sublimação proporcionada pelo sentimento religioso, um derivativo para o dinamismo de sua *existência*. Igualmente, o homem que faz dos prazeres do sexo ou da mesa o objetivo das suas ações, não passa de um existencialista; e, assim, na prática, a filosofia do século só poderia mesmo produzir uma geração de homens automatizados. É uma forma de hedonismo, um epicurismo modernizado, o mergulho do homem no efêmero, sem expressão de perenidade.

Se o ideal do mundo passou a ser o existencialismo, não se cogitou mais de procurar razões para as cousas e os fatos. Não interessa o abstrato, a idéia; tem força de lei o que é concreto, o que acontece; o que existe. Não estará aí a origem do existencialismo jurídico e político, a consagração da força e da astúcia, a aceitação do *fato consumado* como realidade legal?

O direito, em si, não é um *fato*, mas uma *norma*.

O direito está, em sua natureza, no domínio das *abstrações* e não dos *acontecimentos*.

É evidente que o direito existe para realizar-se concretamente, porque, sem isso, nem se justificaria a sua presença no mundo. Mas não é *fato* que justifica o direito; é o direito que justifica a ação do homem.

O existencialismo, que é a consagração do *fato consumado*, a integração do homem numa realidade presente, a simbiose do ser com o tempo, em si flúido e mutável, trouxe, evidentemente, o seu reflexo para o direito, e, sobretudo o direito político.

Direito político é uma expressão que pode parecer paradoxal e contraditória, pois o direito está mais na ordem das *idéias*, enquanto a política gira em torno dos *fatos*. Mas a verdade é que as leis são feitas mais por políticos que por juristas. A sua elaboração depende de um processo sociológico, e, sobretudo eleitoral, de escolha de representantes dos parlamentos. Diríamos, então, que o direito político é o que marca as linhas gerais da organização e estrutura do Estado.

“A idéia do Direito, é James Goldschmidt que o conceitua, é a Justiça; a do Estado, o poder”. A política é a arte ou técnica do comando social e liderança coletiva. Não é político o que sabe discutir problemas sociais e econômicos, mas o que tem qualidades ou atributos pessoais para captar as simpatias populares. O político é, então, o homem talhado para enfeixar nas mãos o poder. Mas o poder político não tem fim em si mesmo; o seu objetivo é a concretização da ordem e da organização do Estado, a fim de promover o bem comum.

Para o existencialista, ao contrário, o poder é um fim, o poder pelo poder, o poder pela vaidade e pelo prestígio que proporciona; o poder como instrumento do egoísmo individual.

O político existencialista só pensa no povo como rebanho, como uma soma de unidades amorfas, seres feitos para adulá-lo, para servir a êle, para endeusá-lo. É o que tem sido, efetivamente, a história do nosso tempo, o drama dos tumultos coletivos, os demagogos transformados em mitos, a técnica da propaganda e a corrupção plutocrática criando os ídolos populares.

É preciso notar a evolução das três atitudes do homem em face do mundo, através do tempo. Nos primeiros séculos,

o homem viveu na *contemplação*. Predominava a noção religiosa da existência e o homem tinha explicações de ordem sobrenatural para os mistérios do mundo. A seguir, não se contenta o indivíduo apenas em contemplar; quer também pensar, raciocinar, tirar conclusões por si mesmo. É a fase em que predomina o *pensamento*, é a formação e o desenvolvimento da metafísica e das outras ciências, é a tentativa de equacionamento racional dos problemas.

Mas o homem, saturado de pensar, mergulhado na angústia de não encontrar rumos definitivos para as pesquisas, conclui que não adianta raciocinar, que a reflexão é inútil, que a filosofia não tem sentido.

É, então, nessa fase de progresso científico, de invenções maravilhosas, o *homem da ação*. Para que contemplar estrêlas, discutir assuntos sobrenaturais? Para que atingir o drama da *essência* e da *existência*, problema do conhecimento e outros temas do mesmo jaez?

A vida é muito curta para o homem gozá-la convenientemente. Não adianta o homem viver mergulhado em si mesmo, analisando-se, buscando razões para os fenômenos. Basta ter noção de duas realidades: o homem existe, as cousas existem.

É aqui, então, que entra a *filosofia do êxito* em toda a plenitude. O homem existencialista é o homem do êxito. É o que faz fortuna, é o que adquire prestígio, é o que sobe na política.

No domínio da política, a nova filosofia justifica plenamente os casos mais paradoxais. Poder, força e corrupção, são as armas e os instrumentos do político existencialista. Para atingir o poder e mantê-lo, todos os meios são lícitos. Maquiavel, sem o saber, foi o primeiro teorizador do existencialismo político.

Por aí se vê que êsse aspecto do existencialismo, que tem passado despercebido aos estudiosos, é próprio do regime individualista burguês, no qual há clima para os desafogos das ambições individuais.

O existencialismo, consagrando o fato consumado, apresenta, na política, os aspectos mais estranhos, confundindo *legal* com *jurídico*, identificando *direito* com *força*.

São aberrações que aparecem para dar caráter de legitimidade ao que não passa de uma farsa de direito. Atrás de tudo, o argumento irretorquível da baioneta, contra o qual não valem os argumentos da razão e da consciência.

As massas, tangidas como rebanhos, inteiramente à mercê

da plutocracia, o baluarte da classe burguesa, vão às urnas não para escolher nem para fazer uma declaração de consciência, mas cumprir o comando dos chefetes eleitorais.

Na verdade, essas *massas* apenas *existem*.

Elas não têm consciência da coisa pública.

Não se determinam.

Comportam-se como autômatos, com a passividade dos seres primitivos.

Tem-se dito que os meios de publicidade são instrumentos de cultura, mas essa afirmação só pode ser aceita em termos.

Porque, embora sejam vulgarizadores de conhecimentos, são também narcotizadores das multidões, numa era em que o homem deixou de ter opiniões próprias para ter as opiniões de um jornalista ou de um cronista de rádio.

Vulgarizando o conhecimento, os meios de publicidade tornaram-no inteiramente artificial, à base do quotidiano, com um cunho essencialmente informativo.

O homem comum, que tem preguiça mental arraigada, a tudo aceita passivamente, sem discutir, formando a sua opinião segundo o último comentário que ouviu em alguma estação de rádio. Está aí o campo próprio e fértil do primeiro demagogo audacioso que aparece, alardeando cultura e capacidade de administrador, e cuja habilidade pode levar a multidão a corresponder aos seus desígnios. Isso não poderia realmente acontecer num país de cultura sedimentada, porque haveria repulsa à improvisação do político aventureiro. Daí porque o regime individualista burguês tem-se degenerado numa autêntica demagogia nos países de baixa formação cultural, como, infelizmente, tem acontecido entre nós.

A burguesia capitalista encontrou no existencialismo político uma fórmula para continuar no poder, como vem sucedendo há séculos, graças à força do dinheiro, hoje concretizada em várias criações da era económica, de modo que o homem é, efetivamente, um subalterno de um sistema de crédito que o mantém escravizado ao cadastro dos bancos, quando não dos agiotas, que agem impunemente sob a complacência das autoridades e da lei. Porque a própria máquina burocrática da engrenagem governamental reflete o poder da burguesia, que procura perpetuar-se indefinidamente na liderança da sociedade liberal, embora dando a impressão de que cedeu o comando ao proletariado. As classes obreiras não têm consciência bastante para se libertar de tal engodo e continuam agindo segundo os desígnios da burguesia.

Foi essa mesma burguesia que esfacelou a unidade do mundo medieval, sobrepondo os valores económicos aos va-

lôres espirituais; foi essa mesma burguesia que, sentindo a pressão dos trabalhadores espezinhados, fêz concessões de justiça social, fingiu solidariedade às classes desfavorecidas, até mesmo lutou pelos seus direitos, tudo como meio de não perder a direção da sociedade.

O comportamento da burguesia varia de país para país, conforme as circunstâncias locais e o temperamento do povo. No fundo, porém, o seu instrumento é a fôrça do dinheiro, fôrça que tem exercido uma verdadeira corrupção na vida política, com a dissolução das personalidades no mercado de compra e venda de votos do sufrágio universal.

E, quando falha diretamente a ação das finanças, a burguesia capitalista apoia-se principalmente no poder militar, muitas vêzes vencido pela vaidade das posições e pela ganância do dinheiro.

O político existencialista, que narcotiza as opiniões com a publicidade estonteante, é o *homem de ação*, o homem-atividade, o homem-movimento, o homem-dinamismo, porque é preciso dar a impressão de que é um ser acima das leis do espaço, na ubiqüidade das suas realizações maravilhosas. O senso da oportunidade é a sua maior virtude, segundo aquêlê ensinamento de Maquiavel, de que o poder, sempre e acima de tudo, o poder é que caracteriza o homem de govêrno, mesmo sem a autoridade intrínseca.

O homem que tem uma concepção naturalista do mundo age, lógicamente, em todos os setores, segundo essa filosofia. O existencialismo, no direito e na política, na economia e nas artes, é, assim, o reflexo de uma atitude filosófica. E o mais paradoxal é que, sendo o existencialismo uma filosofia, pretende aniquilar a metafísica do destino humano.

O problema do existencialismo tornou-se um problema de renovação interior do homem, a compreensão da vida num plano olímpico, acima da materialidade do momento efêmero que passa. O existencialismo é a perda da consciência do homem e das cousas. O homem integrou-se nas cousas, nos fenômenos, como se fôsse parte do universo, como se não tivesse os atributos que lhe garantem o domínio dos demais sêres, porque o homem não apenas *existe*, mas sabe *que existe* e *para que existe*.

O homem vem abdicando de sua grandeza há séculos, destituindo-se voluntariamente das virtudes que constituem o seu valor imanente e intrínseco.

A atitude do homem em face do mundo não pode ser de desespero ou aniquilamento, mas de confiança em si mesmo, como criador de seu próprio destino.